

EM TEMPOS DE SEGREGAÇÃO NA ÁFRICA DO SUL*

ALDINA DA SILVA MELO*

O racismo não precisa mais do conceito de raça no sentido biológico para decretar a existência das diferenças insuperáveis entre grupos estereótipos [...]. O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos.
(MUNANGA, 2003: 10)

Introdução

Esta análise parte da história de vida de Sandra Laing – uma mulher africâner que teve sua classificação racial contestada e mudada inúmeras vezes pelo governo da África do Sul – para lançar luz sobre um dos períodos mais conturbados e discriminatórios da história recente da humanidade – o *apartheid* sul africano. O objetivo deste trabalho é discutir os conflitos raciais e a violência de gênero que perpassou tal regime e, atingiu, especificamente, mulheres sul-africanas.

Essas tensões raciais, bem como a violência de gênero, resultavam em grande medida de leis que foram implantadas pelo Partido Nacional no país, como a Lei de Registro da População, a Lei do Amor, dentre outras. Como recorte temporal investigo os anos de 1948 a 1994, período em que o sistema do *apartheid* esteve oficializado na África do Sul. Analiso ainda os discursos que legitimavam esse regime de segregação e opressão racial, como os discursos biológicos de “cientistas raciais” do século XX e os discursos religiosos que corroboravam para as divisões dos sujeitos em grupos raciais.

Minha análise tem sido empreendida a partir de levantamento bibliográfico, dialogando com teóricos que elucidam o que pretendo abordar. Tenho trabalhado, sobretudo, com o livro *Retrato em preto e branco: a história verídica de uma família dividida por*

* Este trabalho parte da experiência obtida na oficina “EnsinÁfrica: redescobrimo o continente” realizada no Colégio Elgíio Almeida, na Cidade de Bacabal – MA, organizada pelo Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão: Movimentos, Identidade e África. Na ocasião ministrei o módulo “Experiências durante o Apartheid: entre raça e gênero”.

* Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão – Campus de Bacabal. Bolsista PET-Interdisciplinaridade e membro do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão: Movimentos, Identidades e África. E-mail: aldina08@yahoo.com.br. Orientadora: Profa. Ma. Viviane de Oliveira Barbosa.

problemas raciais, de Judith Stone¹ (2008). A obra é uma biografia de Sandra Laing, apontando as aprovações de leis de cunho segregacionista que também engendravam conflitos e violência de gênero. Além de levantamento bibliográfico tenho analisado jornais, filmes, cartas, imagens/fotografias, documentários e arquivos do governo do Partido Nacional da África do Sul entre os anos de 1948 a 1994, principalmente a documentação referente ao caso da família Laing. Para tal pesquisa tenho também dialogado com análises de micro-historiadores e de historiadores sociais na interface com o trabalho de memórias que se debruça sobre a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias. Nesta última perspectiva, tenho analisado entrevistas concedidas a Stone (2008) por sujeitos que vivenciaram e sentiram na pele toda a repressão de um dos sistemas mais violentos da humanidade.

Em tempos de segregação racial: o apartheid sul-africano

O ano de 1948 marca definitivamente a história da África do Sul. O apartheid sul-africano foi imposto com o objetivo de manter as culturas africâner e inglesa separadas das demais culturas locais. E como mecanismo para legitimar tal regime de segregação racial discursos começaram a emergir na África do Sul, como a tese de “cientistas raciais” do século XX que se dedicaram a provar que os produtos da miscigenação eram “anormais” e perigosos; ou os discursos religiosos os quais pregavam que a divisão dos seres humanos em grupos raciais era da “vontade de Deus”.

O apartheid era um sistema de governo que garantia a supremacia branca sobre os negros e mestiços os quais eram vistos como seres “inferiores”. Importante pontuar que esse regime de segregação racial também engendrava os mais variados tipos de violência de gênero que atingia principalmente mulheres e crianças sul-africanas, como é o caso de Sandra Laing que, ainda criança, sofreu perseguições e agressões cotidianamente até mesmo de suas colegas e/ou dos servidores da escola que frequentava. Tais agressões eram especialmente de cunho simbólico.

¹ Utilizo este livro principalmente como uma fonte de pesquisa.

A violência simbólica vivenciada por Sandra, que, neste caso, compõe também a violência de gênero, resultava principalmente das inúmeras leis aprovadas pelo governo da África do Sul, como é o caso da Lei de Registro da População de 1950 que

exigia que o departamento do Censo atribuisse a todos os habitantes da África do Sul uma de três categorias raciais: europeia, que em 1960 passou a ser branca, por causa dos descendentes dos holandeses, franceses e alemães e, mais tarde, ingleses que colonizaram o país; mestiça, para pessoas que eram fruto da miscigenação, um grupo complexo com sete subcategorias, uma das quais asiáticas (também chamada de indiana), que depois se tornou uma quarta subcategoria; e nativos (mais tarde bantos), para a maioria negra, com nove subdivisões baseadas em afiliações tribais históricas. (STONE, 2008: 16-17).

Essa classificação era usada como mais uma das estratégias do governo para garantir a segregação e a supremacia branca. “O apartheid foi uma forma mais rigorosa e difundida de um sistema social e político que predominou desde que os colonos brancos assumiram o poder na África do Sul em meados do século XVII, subjugando os habitantes originais.” (STONE, 2008: 16-17).

Outra importante lei, institucionalizada durante o apartheid que ajuda a lançar luz na problemática da violência de gênero e dos conflitos raciais na África do Sul de 1948 a 1994 foi a chamada Lei do Amor. Essa nova lei proibia que mulheres e homens mantivessem relações sexuais e conjugais com um membro de outro grupo racial. Mas o castigo para quem desobedecesse a tal Lei do Amor era desigual no que se refere ao sexo dos sujeitos, geralmente as mulheres recebiam castigos mais severos, enquanto que os homens recebiam castigos mais amenos e, em alguns casos, nem mesmo eram castigados.

Ora, “muitas vezes o sexo era uma coação e sempre envolvia uma distribuição desigual de poder” (STONE, 2008:73). Em 1984 “[...] em Potchefstroom, um homem branco foi acusado de dormir com uma mestiça – mas ela é que foi condenada a seis meses de trabalhos forçados por dormir com ele.” (STONE, 2008: 73).

Mesmo com toda a repressão da Lei do Amor,

em 1953, Regina Brooks, uma jovem do Estado livre de Orange, percorreu toda a trajetória que leva ao Supremo Tribunal da África do Sul para conseguir que sua raça fosse oficialmente alterada para que ela pudesse se casar com o policial negro que amava. É certo que algumas mulheres brancas tinham relações sexuais clandestinas com homens de outras raças. (STONE, 2008: 73).

A minoria sul-africana branca que detinha o poder era contra as relações conjugais e/ou afetivas entre mulheres e homens de “raças” diferentes, e tentavam legitimar a segregação com diversos argumentos, como o caso do Sr. Meyer ao afirmar: “Quando você tem esses casamentos inter-raciais, não se trata de amor, trata-se de sexo.”

E não eram raros os discursos de pesquisadores que defendiam fielmente a segregação imposta pelo apartheid, dentre eles temos o discurso de biólogos e cientistas raciais. Líderes do Partido Nacional se aproveitaram de tais teorias para naturalizarem os pressupostos da segregação racial. E para isso eles

recorreram a duas teorias ‘científicas’ que tinham acabado de surgir. Uma era o darwinismo social, a ideia de que as categorias, classes e hierarquias sociais [...] eram o resultado de leis naturais baseadas em diferenças inatas entre as raças humanas. Outra nova disciplina útil para o Partido Nacional foi a eugenia, um termo cunhado em 1883 por Francis Galton, um primo de Darwin, para descrever um corpo de estratégias práticas de reprodução seletiva para gerar seres humanos melhores, um programa que considerava ponto pacífico a superioridade da raça branca. (STONE, 2008: 101).

Em 1920 um casal de cientistas, Harold B. Fantham e Annie Porter, concentraram-se em provar que os mestiços eram naturalmente menos inteligentes que os brancos. Essa dupla dizia que, mediante resultado de suas pesquisas, a miscigenação levava a anormalidades físicas que iam de fraquezas de pulmões e má-formação de outros órgãos à vaidade, promiscuidade sexual, desvio de personalidade, violentas explosões de raiva e criminalidade.

Até mesmo discursos religiosos eram usados para legitimar o sistema apartheid. Millin escreve que a raça mestiça “[...] ‘não passa de uma desordem na terra de Deus – uma mistura de povos degenerados de cor marrom, corrompidos pela doença, uma afronta à natureza’” (STONE, 2008: 102).

E quais os critérios para a classificação de uma mulher ou homem como pertencentes à raça branca, mestiça ou negra? Vejam-se alguns deles:

Além da aparência e da aceitação social, inúmeros testes eram usados pelo governo da África do Sul durante o Apartheid para classificar e definir a raça dos sujeitos sul africanos, como o teste do lápis, o exame das unha, o aperto nos lóbulos da

orelha e o exame das pálpebras. No teste do lápis colocava-se a ponta de um lápis no cabelo de um sujeito, caso a ponta do lápis deslizesse facilmente nos cabelos o sujeito era classificado como branco, caso contrário, era considerado negro, e tal teste foi usado para definir a classificação de Sandra Laing e de outros sujeitos sul africanos. O exame das unhas era outro recorrente teste usado para determinar a raça de alguém. Suponha-se que os negros tinham cutículas mais rosadas que os brancos. O aperto nos lóbulos da orelha também era frequente quando procurava-se classificar racialmente algum sujeito sul africano. Acreditava-se que os lóbulos dos negros eram mais macios. E o exame das pálpebras que era realizado por julgar-se que as dos negros contrastavam-se mais com a pele do rosto que as dos brancos e mestiços. (MELO, 2012: 2-3).

Porém, o que mais pesava na classificação racial de um sujeito sul-africano era a sua aparência e a sua aceitação social. Assim, “branca é toda pessoa que, na aparência é branca, ou que em geral é aceita como pessoa que, embora em aparência seja obviamente uma pessoa branca, em geral é aceita como mestiça.” (STONE, 2008: 88).

Violência de gênero no apartheid: as experiências de Sandra Laing

Era 1955 quando nasceu Sandra Laing em Piet Retief². Sandra era uma menina africâner que teve sua classificação racial alterada diversas vezes, o que trouxe sérias consequências à sua história de vida.

O dia 10 de março de 1966 marca definitivamente a vida da pequena Sandra. A partir desse ano ela começa a sentir na pele toda a repressão da política do regime que predominava em seu país. Aos dez anos Sandra foi expulsa e escoltada da escola em que estudava por dois policiais³. Tal cena provocou entre as coleguinhas de escola cochichos e risos.

Sandra [...] se recorda com uma clareza penosa, que em seu primeiro ano na escola, um grupo de meninas começou a implicar com ela o tempo todo. [...] mas não se lembra do que diziam. Chamavam-na de negrinha e Kroeskop, Cabelo Ruim, – que você está fazendo nessa escola? [...] As crianças recusaram-se a usar a água da fonte depois que ela bebeu lá, recorda Isabeau [colega de Sandra]. (STONE, 2008: 54).

² Piet Retief era uma pequena cidade conservadora da África do Sul.

³ Sandra estudava em uma escola de brancos.

Sandra Laing era filha de pais brancos – Abraham Laing e Sannie Laing – e por isso foi classificada como uma criança branca assim que nasceu. Mas, na medida em que o tempo foi passando, contestações sobre a verdadeira cor de Sandra foram surgindo.

O Censo de 1951 veio a corroborar com a Lei de Registro da População, dando ao Ministro do Interior plenos poderes para distinguir as raças, classificando e reclassificando as pessoas à medida que sua classificação racial fosse posta em dúvida. Tal lei marcou profundamente a vida de Sandra.

Aos dez anos de idade Sandra teve sua classificação racial contestada pela primeira vez, sendo reclassificada como mestiça, e a partir daí começou a sentir a violência do regime que vigorava em seu país. A partir de agora ela só poderia viver com sua família se fosse tratada como uma empregada da casa. Todavia, foram muitas as idas e vindas do pai de Sandra ao supremo tribunal na tentativa de reclassificar Sandra de mestiça para branca.

Nesse ínterim, Sandra sentia-se rejeitada até mesmo pela própria família e, em 1971, como tentativa de escapar de todo aquele sistema de repressão que afetava até mesmo sua família, resolveu fugir de casa com Petrus, um rapaz negro por quem se apaixonou.

Petrus comprava mercadorias em um dos armazéns do pai de Sandra para revender nos bantustões – “[...] uma reserva migrante de força de trabalho separada da família, que podia ser enviada para distritos remotos ou áreas rurais áridas separadas como ‘torrões natais de tribos’ ou ‘reservas indígenas’” (STONE, 2008: 43).

Após algum tempo Petrus começou a sentir um ciúme incontrolável de Sandra. Ciúmes que o fez cotidianamente agredir Sandra na frente de seus filhos⁴. Segundo a própria Sandra, no começo das agressões físicas ele dava-lhe “apenas tapas”, mas na medida em que o tempo foi passando as agressões ficaram mais frequentes e Petrus começou a bater nela com um *sjambook*, uma chibata feita de tiras de couro ou pele de rinoceronte. De acordo com Sandra, o que Petrus usava para agredi-la era “[...] feito de pele de dura borracha negra de pneu. Ele me batia até minha pele ficar vermelha e roxa, nas costas, nos ombros e na cabeça.”

Sandra confessou a Stone que

Suas costas sempre estavam cheias de cortes profundos de sjambook; o [seus] sangue escorria aos borbotões da [sua] cabeça. [...] lavava [sua] cabeça numa

⁴ Sandra torna-se mãe de três filhos de Petrus.

grande bacia de metal cheia de água. Henry [filho do casal] ficava com muita raiva de Petrus, porque via quando me batia. Acontecia muitas vezes. Ele nunca batia nas crianças, só em mim (STONE, 2008: 189-190).

Sempre que o efeito da bebida passava Petrus se desculpava com Sandra e prometia que nunca mais iria agredi-la, mas foram promessas em vão. Sandra sabia que os homens sempre espancavam as mulheres, quer seja ela africâner ou negra, e ela se questionava se realmente essa violência era algo com que as mulheres tinham de conviver e aceitar. Entretanto o seu querido Petrus já estava passando dos limites que ela poderia tolerar, diz Sandra: “ele já estava indo longe demais...”, e poderia matá-la se continuasse com as agressões. Foi então que Sandra pensou em fugir mais uma vez, pois segundo ela “se você mesmo não faz as coisas, acaba não conseguindo nada” (STONE, 2008: 190).

“[...] Sandra falava muito do passado, dos momentos felizes e das horas difíceis, numa voz destituída de afeto, mesmo quando chorava. Falava como se estivesse contando a vida de outra pessoa” (STONE, 2008: 48).

Diante de vida de Sandra, percebe-se que a violência tem estado no âmago das relações humanas, ultrapassando o atlântico, os continentes e as culturas, atingindo principalmente mulheres em uma sociedade que tem seus pressupostos baseados em uma cultura sexista, engendrando os mais distintos tipos de violência de gênero, destinando espaços públicos a homens e relegando as mulheres o âmbito privado e criando, assim, relações de desigualdade entre gêneros. Mas como são construídas tais relações? Como analisá-las e desconstruí-las?

Primeiramente, convém lembrar que “o sexo foi concebido como o fator determinante, em que o homem buscava sempre se sobrepôr à mulher partindo do princípio de que ela é um ser de sexo frágil, inferior, desde sua constituição física” (SILVA, 2012: 105).

Joan Scott (1995) traz contribuições para esse debate ao elencar gênero como uma categoria de análise das relações humanas que, de certa forma, ultrapassa a tese de algumas feministas que acreditam ser possível um estudo isolado das mulheres, sem relacioná-las com os outros sujeitos da história. Scott (1995) propõe, pois, que se use o gênero como categoria analítica, afirmando nesse sentido que “precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual, [mas também a classe e a raça]” (SCOTT, 1995: 9).

Ao falar sobre sua experiência, Sandra Laing algumas vezes hesita ao se recordar ou se reportar a tudo o que viveu, talvez pelo fato de suas lembranças lhe causarem dor, sofrimento e angústia. E como ressalta Grossman (1998) “[...] documentar as experiências diárias [...] de [sujeitos] comuns é documentar uma crônica de lágrimas. Mas essas lágrimas não podem ser simplesmente interpretadas como reflexos de dor e [...] [os sujeitos] simplesmente como vítimas, elas são bem mais complexas, uma vez que as atrizes e os atores são sujeitos envolvidos na resistência e no desafio de fazer a história” (GROSSMAN, 1998).

De início, quando questionada sobre suas experiências, “a resposta que Sandra dava mais frequentemente a perguntas sobre seu passado era ‘Não lembro’. Claro que ‘Não lembro’ também pode significar ‘Não quero me lembrar’, ou ‘Lembro, mas não vou lhe contar’, ou ‘Lembro, e talvez lhe conte depois, se confiar em você’” (STONE, 2008: 30).

Segundo Pollak (1989) e Jelin (1998) o silêncio pode ter razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta. Essa escuta, da qual falam Pollak (1989) e Jelin (1998), não é uma escuta qualquer; trata-se de uma escuta que desperta confiabilidade e conforto. É nesse sentido que a memória individual deve ser vista como seletiva, já que no relato ou depoimento fala-se daquilo que se quer lembrar ou reportar e, muita das vezes, o “não lembro” implica menos esquecimento do que silêncio.

Conclusão

A partir da história de vida de Sandra Laing é possível notar que conflitos raciais e violência de gênero marcaram o cotidiano de pessoas que viveram em um dos regimes mais restritivos e repressivos de todos os sistemas de discriminação racial registrados na história recente – o apartheid.

Os conflitos e discursos, analisados a partir da vida de Sandra, permitem uma pequena, mas significativa, visão do apartheid sul-africano. Esse regime chegou ao “fim” em 1994 quando Nelson Mandela, um líder importante do movimento antiapartheid passou a ocupar a presidência da África do Sul. Assim, fica evidente que relações de poder estavam imersas na África do Sul durante o Apartheid, seja no tocante às questões raciais e sociais mais amplas, seja no que se reporta aos conflitos e tensões de gênero, que acabaram

impulsionando distintos tipos de violência, como é o caso da opressão simbólica ou das agressões físicas.

Referências

GROSSMAN, Jonathan. Violência e silêncio: reescrevendo o futuro. S/C, Porto Alegre *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, nº 3, 2000.

MELO, Aldina da Silva. Leis segregacionistas na África do Sul antes e durante o Apartheid. *Anais do I SAPCiências e I SACPet da Universidade Federal do Maranhão/Campus III*. Bacabal, 2011, p. 1-5.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Rio de Janeiro, *PENESB*, 2003, p. 1-17.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, vol. 2, 1989, p. 3-15.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Recife, *S.O.S Corpo*, 1995.

STONE, Judith. *Retrato em preto e branco: a história verídica de uma família dividida por problemas raciais*. São Paulo: Landscape, 2008.